

Conteúdo	
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	5
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)	7
NOTAS EXPLICATIVAS	8
1. Contexto operacional	8
2. Apresentação e elaboração das Demonstrações financeiras	8
3. Descrição das principais práticas contábeis	8
4. Disponibilidades	10
5. Aplicações interfinanceiras de liquidez	10
6. Títulos e valores mobiliários	11
7. Instrumentos financeiros derivativos	12
8. Operações de crédito, adiantamento de contrato de câmbio	15
9. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	16
10. Outros instrumentos financeiros - Créditos vinculados	17
11. Outros instrumentos financeiros - Carteira de câmbio	17
12. Outros instrumentos financeiros	17
13. Imposto de renda e contribuição social	17
14. Outros ativos	18
15. Investimentos em participações em controladas	18
16. Imobilizado de uso	19
17. Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos – instituições financeiras e outros clientes	19
18. Provisões	20
19. Outros passivos	21
20. Patrimônio líquido	21
21. Despesas de pessoal	22
22. Outras despesas administrativas	22
23. Despesas tributárias	22
24. Outras Receitas / Despesas Operacionais	22
25. Indicadores de risco (Basileia) e limites operacionais	23
26. Valor de mercado dos instrumentos financeiros	23
27. Transações com partes relacionadas	24
28. Seguros	24
29. Outras informações	24
30. Composição de caixa e equivalentes de caixa	24
31. Gerenciamento de riscos	25
32. Plano de Implementação da Resolução nº 4.966/21	25
33. Eventos subsequentes	25
DIRETORIA CONTADOR	25
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	26

A Administração do Banco Industrial do Brasil S.A. ("Banco ou "BIB") submete a vossa apreciação as Demonstrações Financeiras Individuais, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, contemplando o Relatório da Administração e as correspondentes informações financeiras, revisadas pelos Auditores Independentes, sem ressalvas.

Cenário Econômico: Ao final de 2023, a conjuntura internacional apresentou uma evolução mais positiva, com a inflação evoluindo de forma mais favorável e com a atividade econômica desacelerada.

Nos Estados Unidos da América, o FED apresentou uma postura mais *dovish*, cujo discurso e projeções sinalizaram que as taxas de juros podem ter alcançado seu patamar máximo e agora o momento é de estabilização. Alinhado ao discurso mais moderado, o mercado espera que haja espaço para uma flexibilização monetária ainda durante o ano de 2024. Na Europa, a desaceleração econômica ficou mais evidente diante da forte tendência de desinflação e dos índices de atividade fracos. Na China, o governo segue adotando uma postura pró-crescimento e continua ativo nas medidas de estímulo, de forma equilibrada e não muito intensa. Porém, a queda da demanda externa vem prejudicando o cenário já conturbado no país, que atravessa uma grande crise no setor imobiliário. No cenário doméstico, em sua última reunião, o COPOM reduziu novamente a SELIC em 50 bps e seguiu com o mesmo *guidance* para as futuras reuniões do colegiado, mas destacando a sua preocupação com o cenário inflacionário local e também dos países desenvolvidos. Já a atividade econômica, os dados continuam demonstrando desaceleração gradual no crescimento e na geração formal de postos de trabalho. No campo político, o avanço de algumas reformas estruturais, como por exemplo a tributária, vai dando campo para um ambiente melhor de negócios, com níveis maiores de investimentos para o cenário local.

Perfil de Atuação: O Banco Industrial do Brasil S.A. atua essencialmente como um banco de crédito, focado no financiamento de médias empresas, e atendendo também grandes empresas, através da oferta de produtos competitivos e complementares, direcionados, sobretudo, às necessidades de capital de giro dos clientes. Atua também na concessão de crédito pessoal consignado, buscando manter a composição da carteira de crédito em aproximadamente 85%-90% de operações de atacado e 15%-10% de varejo. A Administração do Banco prioriza a elevada qualidade da carteira de crédito, adotando, para tanto, uma política conservadora de concessão e o desenvolvimento de relacionamentos de longo prazo com os clientes. Todas as operações são submetidas à aprovação do Comitê de Crédito. Os clientes são avaliados segundo parâmetros objetivos, que levam em consideração a capacidade financeira, a liquidez das garantias, a pontualidade no cumprimento das obrigações e o desempenho dos recebíveis.

A Tesouraria não opera com o objetivo de obter resultados, mas sim de garantir *funding* competitivo e adequado ao perfil dos ativos do Banco e de eliminar as exposições em prazo, moeda e taxa de juros. O caixa é gerenciado visando à manutenção de um confortável nível de liquidez, cujo saldo no final do exercício representava 88,0% do patrimônio líquido. Por fim, o Banco mantém um elevado grau de capitalização, refletido no Índice de Basileia de 15,1%.

Desempenho: O BIB registrou lucro líquido de R\$ 106,1 milhões no exercício de 2023 e uma taxa de retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) anualizado de 14,8%. O patrimônio líquido, no encerramento do período, atingiu o saldo de R\$ 743,5 milhões.

Crédito: A carteira de crédito do Banco, totalizou R\$ 5,2 bilhões, representando aumento de 4,9%, quando comparado com o mesmo período do ano passado. Já a carteira de crédito expandida, incluindo as garantias prestadas a terceiros, totalizou R\$ 5,4 bilhões. O Banco mantém cobertura de mais de 90% da carteira com recebíveis e garantias reais de alta liquidez, o que contribui com a manutenção da baixa taxa de inadimplência, que representava 1,1% da carteira ao final do período, considerando os créditos vencidos acima de 90 dias. O segmento de *middle market* encerrou o período com um volume de R\$ 4,4 bilhões, conforme nota explicativa nº 8. A carteira de varejo, que compreende as operações de crédito consignado e antecipação saque aniversário - FGTS, apresentou um aumento, totalizando R\$ 834,9 milhões, quando comparado com o mesmo período do ano passado. O BIB prioriza a elevada qualidade de sua carteira, adotando, para tanto, uma política conservadora de concessão de crédito. O Banco aprova limites de crédito específicos para cada perfil de cliente, segundo parâmetros objetivos, levando em conta sua capacidade financeira, a prestação de garantias de elevada liquidez, a pontualidade no cumprimento de suas obrigações e a avaliação do desempenho da sua carteira de recebíveis.

Títulos e Valores Mobiliários: Atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil, o BIB declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento" no montante de R\$ 141,3 milhões.

Captações: As captações do Banco Industrial do Brasil totalizaram R\$ 5,7 bilhões ao final do exercício, representando crescimento de 7,4% em relação ao mesmo período do ano passado. A captação nacional, que representa a principal origem de recursos da Instituição, ocorre principalmente por meio de depósitos a prazo (CDB, LCA, LCI e LF) e interfinanceiros. Tais carteiras atingiram, no encerramento do período, o saldo de R\$ 4,5 bilhões, representando crescimento de 13,6% em relação ao mesmo período de 2022.

Governança Corporativa: Administração: o BIB é administrado por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, com os poderes conferidos pela legislação vigente e pelo Estatuto Social, cujo conteúdo encontra-se disponível para consulta no site de Relações com Investidores (ri.bib.com.br). A posse dos Diretores é condicionada à assinatura do Termo de Anuência de Administradores, por meio do qual se responsabilizam pessoalmente a se submeterem e a agirem em conformidade com o Contrato de Adesão ao Nível 1 de Governança Corporativa e o regulamento correspondente.

Código de Ética: aplicável a todos os administradores e funcionários do BIB, o Código de Ética reúne as diretrizes que devem ser observadas na atuação profissional para atingir os mais elevados padrões de conduta ética no exercício de suas atividades. Reflete a identidade cultural e os compromissos que o BIB assume perante os mercados em que atua. Pode ser consultado através do site de Relações com Investidores (ri.bib.com.br).

Controles Internos e Compliance: o Sistema de Controles Internos e Compliance adotado pelo BIB é composto por um processo estruturado que abrange todos os colaboradores, com o propósito de permitir a condução mais segura, adequada e eficiente das atividades desenvolvidas pelo Banco. Elaborado segundo as melhores práticas de mercado, constitui importante instrumento no exercício de assegurar o cumprimento das normas legais, das diretrizes, dos planos, dos procedimentos e das regras internas, bem como garantir sua revisão periódica e adequação, minimizando os riscos de perdas operacionais e o comprometimento da imagem.

Prevenção ao Crime de Lavagem de Dinheiro: o BIB conta com um programa de prevenção ao crime de lavagem de dinheiro para combater o uso indevido de seus produtos e serviços em prol da intermediação de recursos oriundos de atividades ilícitas e do financiamento ao terrorismo. Para tanto, instituiu um conjunto de políticas, processos, treinamentos e sistemas específicos que visam ao conhecimento de seus clientes e ao monitoramento de suas operações, possibilitando a identificação tempestiva de situações suspeitas ou atípicas, sua avaliação e notificação às autoridades competentes.

Risco Operacional: o processo de gerenciamento do risco operacional compreende as atividades de identificação e avaliação dos riscos, implantação das atividades de controle e avaliação periódica da sua eficácia, monitoramento das perdas financeiras resultantes da materialização dos eventos de risco, ações corretivas empreendidas a fim de corrigir desvios identificados nos processos e comunicação das informações relevantes à tomada de decisão. Conta com a participação de todas as áreas funcionais da Instituição, através de seus Agentes Setoriais de *Compliance*, com reporte direto à Diretoria e ao Conselho de Administração.

Risco de Mercado: o risco de mercado é gerenciado segundo os preceitos definidos pelo Acordo de Basileia III, regulamentados no Brasil pelo Banco Central. O BIB monitora diariamente o nível de exposição de suas posições através do cálculo do VaR (*Value at Risk*) e da simulação de cenários de estresse. Os limites de exposição são definidos pelo Comitê de Risco de Mercado, que é convocado sempre que são observados desvios relevantes ou rompimento dos limites. O monitoramento é realizado de forma independente, pela área de *Compliance* e Riscos, reportado à Diretoria e à Mesa Financeira.

Risco de Liquidez: o BIB adota uma postura rigorosa na gestão do risco de liquidez. Para tanto, faz uso de um conjunto de controles e ferramentas que permite a aferição dos níveis adequados de recursos. O Banco mantém uma política conservadora de caixa mínimo, monitorado diariamente e submetido a cenários de estresse, que orientam a atualização do plano de contingência de liquidez.

Gerenciamento de Capital: o gerenciamento de capital no BIB constitui-se de um processo contínuo de monitoramento e controle dos níveis de capital da Instituição, para fazer face aos diferentes riscos associados à sua atividade. Além disso, o processo avalia de forma prospectiva as necessidades de capital, considerando as metas e os objetivos estratégicos do Banco, além de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Risco de Crédito: o gerenciamento do risco de crédito constitui um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, instrumentos, políticas e procedimentos vigentes. Tem como base o cenário econômico e suas perspectivas, as especificidades e o comportamento de cada setor da economia, o desempenho histórico e a experiência do Banco no gerenciamento de seus ativos de crédito. O processo de análise é conduzido com elevado grau de disciplina, integridade e independência, enquanto a aprovação é obtida somente mediante decisão do Comitê de Crédito.

Segurança da Informação: práticas adotadas pelo BIB em todos os seus níveis funcionais, constituídas por um conjunto de políticas, processos, estruturas organizacionais e procedimentos, que visam à proteção das informações dos clientes e do Banco, nos aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade.

Política de Transparência e Divulgação de Informações: o BIB disponibiliza para consulta pública, em seu site de Relações com Investidores (ri.bib.com.br), todas as informações relacionadas ao seu histórico e perfil de atuação, estrutura acionária, demonstrações financeiras e avaliações de risco elaboradas pelas agências de *rating*. O site de Relações com Investidores está disponível nas versões português e inglês.

Risco Socioambiental: a Administração do BIB acredita que o desenvolvimento sustentável constitui fator determinante para a continuidade do ambiente econômico. Nesse contexto, o Banco passa a atuar orientado a estimular a mudança de conduta de seus *stakeholders*, através da implantação da metodologia de avaliação de riscos socioambientais como subsídio para a decisão de concessão de crédito. Além disso, faz uso das listas de exclusão, definidas pelos bancos multilaterais com os quais mantém relacionamento comercial, que excluem o financiamento a empresas que agredem o meio ambiente, adotem práticas trabalhistas ilegais ou produzem determinadas classes de produtos. Para tanto, foi constituída uma política corporativa, observando os princípios de relevância e proporcionalidade, alinhada com os enunciados corporativos: a) Código de ética e conduta profissional; b) Prevenção sobre crimes de lavagem de dinheiro e; c) Conheça seu cliente, e reafirma o compromisso do conglomerado com o crescimento sustentável e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades às quais se insere, seja pela localização geográfica de suas instalações, seja pela sua marcante presença no mercado de crédito, beneficiando indiretamente as comunidades locais das empresas clientes. O BIB também investe na inclusão social por meio do estabelecimento de parcerias com programas que visam à inserção de jovens de baixa renda no mercado de trabalho, bem como investe em oportunidades para o desenvolvimento profissional de seus colaboradores, mediante a concessão de bolsas de estudo para cursos de qualificação profissional, formação universitária e pós-graduação.

GIR – Gerenciamento Integrado de Riscos: Em atendimento à Resolução nº 4.557/17, alterada pela Resolução nº 4.745/19 do CMN, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, estrutura de gerenciamento de capital e política de divulgação de informações, o BIB possui uma gestão completamente automatizada através de sistemas contratados, consolidando todos os riscos através de Comitês executivos. Adicionalmente, é importante mencionar que os processos de riscos encontram-se aderentes às referidas Resoluções e o Relatório de Divulgação de Informações, estão disponíveis no site Relações com Investidores (ri.bib.com.br).

Recursos Humanos: O Banco Industrial do Brasil encerrou o período com 347 colaboradores. Desse total, 3 são através de programa social e 43 terceirizados atuando nas áreas de serviços gerais.

Ratings: Seguem os *ratings* obtidos pelo Banco Industrial junto às agências de classificação de risco:

- **Moody's:** Ba2 (Global) / A+ (Local) / Perspectiva Estável;
- **RiskBank:** Baixo Risco para Médio Prazo 1 / *Disclosure:* Excelente.

Relacionamento com os Auditores: De acordo com as regras da Resolução CMN nº 3.198/2004, a KPMG Auditores Independentes não presta qualquer outro serviço ao Banco Industrial do Brasil e a suas empresas ligadas, além daqueles expressamente relacionados à função de auditoria externa, preservando, assim, a independência e a integridade necessárias à execução dessa atividade.

Agradecimentos: Agradecemos aos clientes, parceiros e fornecedores pelo suporte e pela confiança depositada e, em especial aos nossos funcionários, por todo o empenho na busca pela excelência.

São Paulo, 29 de janeiro de 2024.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo

	Nota	2023	2022
Disponibilidades	4	41.543	63.963
Instrumentos financeiros		6.477.824	5.975.826
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	757.789	665.032
Títulos e valores mobiliários	6	386.156	194.413
Instrumentos financeiros derivativos	7	6.181	4.512
Operações de créditos	8	4.811.934	4.478.795
Outros instrumentos financeiros	12	515.764	633.074
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(64.511)	(50.336)
Ativo fiscal diferido	13a	74.341	69.293
Outros ativos	14	54.950	75.163
Investimentos em participações em controladas	15	42.027	36.705
Imobilizado de uso	16	39.514	38.309
(-) Depreciações e amortizações	16	(15.787)	(11.832)
Total do ativo		<u>6.649.901</u>	<u>6.197.091</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo

	Nota	2023	2022
Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos		5.707.466	5.294.044
Instituições financeiras	17	1.800.852	1.575.014
Outros clientes	17	3.747.330	3.712.716
Instrumentos financeiros derivativos	7	12.859	2.085
Outros instrumentos financeiros passivos	11	5.973	4.229
Dívidas subordinadas	17	140.452	-
Provisões		115.852	107.575
Contingências	18	115.353	106.759
Outras	18	499	816
Obrigações fiscais diferidas		1.210	3.216
Outros passivos	19	82.094	100.688
Patrimônio líquido		743.279	691.568
Capital social	20	387.448	387.448
Reservas de lucros	20	370.018	322.420
Outros resultados abrangentes		(14.187)	(18.300)
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>6.649.901</u>	<u>6.197.091</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
SEMESTRE FINDO EM 31 DEZEMBRO DE 2023
E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2º semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022
Receitas da intermediação financeira		<u>529.030</u>	<u>996.589</u>	<u>938.988</u>
Operações de crédito	8e	392.264	748.284	658.998
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6e	80.870	146.777	127.377
Resultado de operações de câmbio	11	55.896	101.528	152.613
Despesas da intermediação financeira		<u>(331.224)</u>	<u>(648.937)</u>	<u>(634.034)</u>
Operações de captação no mercado	17c	(257.019)	(516.341)	(487.178)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	17c	(70.023)	(114.354)	(126.534)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7d	(4.182)	(18.242)	(20.322)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>197.806</u>	<u>347.652</u>	<u>304.954</u>
Provisão para perdas		<u>(31.340)</u>	<u>(47.467)</u>	<u>(38.661)</u>
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(31.340)	(47.467)	(38.661)
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(94.117)</u>	<u>(163.686)</u>	<u>(138.059)</u>
Receitas de prestação de serviços		7.144	13.808	13.021
Receitas de tarifas bancárias		8.478	17.872	12.038
Resultado de participações em controladas	15	2.822	5.281	3.532
Despesas de pessoal	21	(53.445)	(97.460)	(97.819)
Outras despesas administrativas	22	(34.484)	(63.812)	(53.482)
Despesas tributárias	23	(15.491)	(30.996)	(24.371)
Outras receitas / despesas operacionais	24	(9.141)	(8.379)	9.022
Resultado antes da tributação sobre o lucro e da participação dos minoritários		<u>72.349</u>	<u>136.499</u>	<u>128.234</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>(13.977)</u>	<u>(30.387)</u>	<u>(35.479)</u>
Provisão para imposto de renda	13b	(11.503)	(21.105)	(24.016)
Provisão para contribuição social	13b	(10.559)	(18.469)	(20.659)
Ativo fiscal diferido		8.085	9.187	9.196
Lucro líquido do semestre / exercício		<u>58.372</u>	<u>106.112</u>	<u>92.755</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		<u>323,88</u>	<u>588,76</u>	<u>514,65</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
SEMESTRE FINDO EM 31 DEZEMBRO DE 2023
E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	2º semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022
Lucro líquido do semestre / exercício	<u>58.372</u>	<u>106.112</u>	<u>92.755</u>
Itens que não podem ser reclassificados para a demonstração de resultado	<u>2.156</u>	<u>4.113</u>	<u>(3.603)</u>
Valor justo de títulos disponíveis para a venda	3.809	9.199	(5.045)
Impostos sobre valor justo	(1.714)	(4.140)	2.099
Variação cambial sobre agência Bahamas	61	(946)	(657)
Resultado abrangente do semestre / exercício	<u>60.528</u>	<u>110.225</u>	<u>89.152</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Industrial do Brasil S.A.

CNPJ 31.895.683/0001-16



www.bib.com.br

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

		Capital social			Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
	Nota	Capital realizado	Aumento de capital	Redução de capital	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2021		386.077	11.000	(9.629)	73	33.346	239.746	(14.697)	-	645.916
Aumento / redução de capital:										
Aumento AGE 30/09/2021		11.000	(11.000)	-	-	-	-	-	-	-
Redução AGE 30/09/2021		(9.629)	-	9.629	-	-	-	-	-	-
Ajuste a valor de mercado de TVM e variação cambial		-	-	-	-	-	-	(3.603)	-	(3.603)
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-	92.755	92.755
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	20b	-	-	-	-	4.638	-	-	(4.638)	-
Reservas estatutárias	20b	-	-	-	-	-	44.617	-	(44.617)	-
Remuneração do capital próprio	20b	-	-	-	-	-	-	-	(43.500)	(43.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>387.448</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>73</u>	<u>37.984</u>	<u>284.363</u>	<u>(18.300)</u>	<u>-</u>	<u>691.568</u>
Mutações no período		<u>1.371</u>	<u>(11.000)</u>	<u>9.629</u>	<u>-</u>	<u>4.638</u>	<u>44.617</u>	<u>(3.603)</u>	<u>-</u>	<u>45.652</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>387.448</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>73</u>	<u>37.984</u>	<u>284.363</u>	<u>(18.300)</u>	<u>-</u>	<u>691.568</u>
Ajuste a valor de mercado de TVM e variação cambial		-	-	-	-	-	-	4.113	-	4.113
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-	106.112	106.112
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	20b	-	-	-	-	5.306	-	-	(5.306)	-
Reservas estatutárias	20b	-	-	-	-	-	42.292	-	(42.292)	-
Remuneração do capital próprio	20b	-	-	-	-	-	-	-	(58.514)	(58.514)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>387.448</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>73</u>	<u>43.290</u>	<u>326.655</u>	<u>(14.187)</u>	<u>-</u>	<u>743.279</u>
Mutações no período		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.306</u>	<u>42.292</u>	<u>4.113</u>	<u>-</u>	<u>51.711</u>
Saldos em 30 de junho de 2023		<u>387.448</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>73</u>	<u>40.371</u>	<u>304.916</u>	<u>(16.343)</u>	<u>-</u>	<u>716.465</u>
Ajuste a valor de mercado de TVM e variação cambial		-	-	-	-	-	-	2.156	-	2.156
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-	58.372	58.372
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	20b	-	-	-	-	2.919	-	-	(2.919)	-
Reservas estatutárias	20b	-	-	-	-	-	21.739	-	(21.739)	-
Remuneração do capital próprio	20b	-	-	-	-	-	-	-	(33.714)	(33.714)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>387.448</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>73</u>	<u>43.290</u>	<u>326.655</u>	<u>(14.187)</u>	<u>-</u>	<u>743.279</u>
Mutações no período		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.919</u>	<u>21.739</u>	<u>2.156</u>	<u>-</u>	<u>26.814</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
SEMESTRE FINDO EM 31 DEZEMBRO DE 2023
E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	2º semestre	Exercício	Exercício
	2023	2023	2022
Lucro líquido ajustado do período	95.352	162.637	128.161
Lucro líquido do semestre / exercício	58.372	106.112	92.755
Depreciações / amortizações	1.993	3.956	3.604
Resultado de participações em controladas	(2.822)	(5.281)	(3.532)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	31.340	47.467	38.661
Ajuste a valor de mercado T.V.M.	2.156	4.113	(3.603)
Ganho de capital	-	-	(8.774)
Provisões	4.723	8.277	6.290
Impostos diferidos	(410)	(2.007)	2.760
Variação em ativos operacionais - (aumento) / diminuição	(535.404)	(486.583)	(347.139)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(28.452)	(59.213)	(85.940)
Títulos e valores mobiliários	(146.640)	(191.742)	17.038
Instrumentos financeiros derivativos	(3.184)	(1.669)	(4.220)
Operação de crédito	(519.910)	(366.431)	(527.063)
Outros instrumentos financeiros	162.824	117.309	197.045
Créditos tributários	(6.372)	(5.048)	(11.609)
Outros ativos	2.137	1.716	(1.274)
Aquisição de bens não de uso	(5.316)	(5.316)	(10.610)
Alienação de bens não de uso	9.509	23.811	79.494
Variação em passivos operacionais - aumento / (diminuição)	393.990	379.614	(8.377)
Depósitos e demais instrumentos financeiros	402.755	413.421	(4.425)
Outros passivos	(8.765)	(33.807)	(3.952)
Impostos pagos	15.842	25.415	26.793
Caixa líquido proveniente / (aplicado) das atividades operacionais	(30.220)	81.083	(200.562)
Caixa líquido proveniente / (aplicado) nas atividades de investimento	507	(1.245)	(2.320)
Aquisição de investimentos	-	(664)	(2.048)
Alienação em investimentos	623	623	1.465
Aquisição de imobilizado de uso	(116)	(1.204)	(1.737)
Caixa líquido (proveniente) / aplicado nas atividades de financiamento	(33.714)	(68.714)	(33.300)
Remuneração de capital próprio	(33.714)	(68.714)	(33.300)
Aumento / (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(63.427)	11.124	(236.182)
Modificações na posição financeira			
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	717.606	643.055	879.237
No fim do período	654.179	654.179	643.055
Aumento / (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(63.427)	11.124	(236.182)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

O Banco Industrial do Brasil S.A. ("Banco" ou "BIB") é uma sociedade anônima, de capital fechado, sendo organizado sob a forma de banco múltiplo, autorizado a operar com as carteiras: (i) comercial; (ii) de investimentos; (iii) de crédito, de financiamento e investimento; (iv) de câmbio; e, (v) arrendamento mercantil, sediado na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, nº 1.703 – Vila Nova Conceição – São Paulo – SP.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro, cujas atividades incluem as carteiras de administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação e elaboração das Demonstrações financeiras

As Demonstrações financeiras, do Banco Industrial do Brasil S.A. foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com a Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020.

Conforme Artigo 23º da Resolução BCB nº 2/2020 as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário.

As Demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Banco Industrial do Brasil S.A. conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios.

A autorização para a conclusão das Demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 29 de janeiro de 2024.

3. Descrição das principais práticas contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das Demonstrações financeiras são os seguintes:

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias a partir da data de aplicação, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c. Estimativas contábeis

A elaboração de Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ativo fiscal diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas, no mínimo trimestralmente.

d. Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco. Substancialmente, as operações da agência no exterior são, na essência, uma extensão das atividades do Brasil, portanto, os ativos, os passivos e o resultado são ajustados às práticas contábeis vigentes no Brasil e convertidos para reais de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Ganhos e perdas resultantes do processo de conversão são alocados ao resultado do período. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

f. Ativos

• Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

• Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Conforme regras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários são classificados e avaliados conforme descrito a seguir:

Títulos e valores mobiliários

- Títulos para negociação - Adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização, em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. Tais títulos são considerados no circulante independente do prazo de vencimento do título.
- Títulos disponíveis para venda - Que não se enquadrem para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e
- Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos públicos, aplicações no exterior, debêntures e certificados de recebíveis imobiliários estão classificadas na categoria "disponíveis para a venda" e possuem seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustado pelo valor de mercado, sendo esse ajuste lançado em conta específica do Patrimônio Líquido. As Notas comerciais e os certificados de recebíveis do agronegócio são mantidos até o vencimento tendo seus custos atualizados pelos rendimentos até a data do balanço sem ajuste ao valor de mercado.

• Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Banco usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

• **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

• **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

• **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Banco estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC 46/Resolução nº 4.748/2019 do Banco Central do Brasil, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Alta Administração. O Banco reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das Demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, caso aplicável.

• Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período. Entretanto, nos casos em que os instrumentos financeiros derivativos, nos termos da Circular nº 3.082/02 do Banco Central do Brasil, sejam classificados como "*hedge*" de fluxo de caixa, as valorizações ou desvalorizações mencionadas anteriormente são total ou parcialmente lançadas em conta específica no patrimônio líquido, considerando a parte efetiva do *hedge*, deduzidas dos efeitos tributários. Somente quando os instrumentos financeiros derivativos forem contratados em negociações associadas às operações de captações ou aplicações de recursos, nos termos da Circular nº 3.150/02 do Banco Central do Brasil, os ajustes a valor de mercado não deverão ser reconhecidos contabilmente.

• Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H", permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são calculadas de acordo com a classificação das operações mantidas na carteira do Banco e as operações cedidas para o Banco sem coobrigação em um dos nove diferentes níveis de risco (de AA a H). O aumento da provisão ocorre pela contabilização de novas provisões. As regras do Conselho Monetário Nacional (CMN) determinam a provisão mínima para cada nível de classificação, de 0% (para casos de operações que não se encontram em atraso) até 100% (para operações com mais de 180 dias em atraso).

• Outros Ativos: Outros valores e bens - Bens não de uso

Correspondentes a bens imóveis e móveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento em razão de créditos não honrados. São ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes.

• Outros Ativos: Outros valores e bens - Despesas antecipadas

Representado, basicamente, por comissões pagas a consultores externos em razão de contratação de linhas externas.

• Provisões para redução ao valor recuperável de ativos

É reconhecido como perda o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas com *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

• Investimentos em participações em controladas

Os investimentos em controladas, nas Demonstrações financeiras são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição e são ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, quando aplicável.

• Imobilizado de uso

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens às taxas de 4% (vida útil de 25 anos), 10% (vida útil de 10 anos) e 20% (vida útil de 5 anos) para imóveis, equipamentos e outros imobilizados, respectivamente.

g. Passivos**• Depósitos e demais instrumentos financeiros**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "*pro rata die*".

• Outros passivos

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

h. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As contingências ativas e passivas e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Paralelamente, o mencionado Pronunciamento Técnico foi aprovado pela Resolução nº 3.823 do BACEN em 16 de dezembro de 2009.

A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Esse é um exercício subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à atualização frequente e a alterações. Para as cíveis o Banco adota a metodologia de média histórica, calculada, levando em consideração as perdas e ganhos dos últimos 36 meses, assim, a perda esperada é mensurada para estes processos de forma agregada.

• **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas Demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

• **Passivos contingentes** - São reconhecidos contabilmente quando a opinião dos consultores jurídicos avaliar a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são divulgados em termos de quantidade e valores (Nota Explicativa nº 18); e

• **Obrigações legais** - Estão reconhecidos e provisionados no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial (Nota Explicativa nº 18).

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período, corrente e diferido, são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil por ano para imposto de renda. Para contribuição social são calculadas com base na alíquota de 20% e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos com base na alíquota de 25% para o imposto de renda e 20% para contribuição social.

Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115 ("MP") que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL dos setores financeiro, segurador e cooperativas em um ponto percentual, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

j. Avais e fianças

Os avais e fianças prestados pela Instituição são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação em razão de acontecimentos futuros.

De acordo com a Resolução do BACEN nº 4.512/2016 as operações de avais e fianças prestadas honradas e não honradas tem provisionamento atribuído a cada cliente, conforme definido pela Administração com base na expectativa de perda desta.

k. Resultado recorrente/não recorrente

As políticas internas do Banco Industrial do Brasil consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição previsto em seu Estatuto Social, ou seja, "a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados aos bancos múltiplos com carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, inclusive câmbio, e o exercício de administração da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como participar de outras sociedades, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira". Além disto, a Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes. Isto posto, consideramos o resultado acumulado do Banco como recorrente.

4. Disponibilidades

	2023	2022
Moeda Nacional	425	982
Moeda Estrangeira	41.118	62.981
Total	41.543	63.963

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez**a. Aplicações no mercado aberto**

Até 30 dias	2023	2022
Posição bancada		
Letras Financeiras do Tesouro	400.090	429.068
Letras do Tesouro Nacional	212.546	-
Notas do Tesouro Nacional	-	150.024
Subtotal (1)	612.636	579.092
Aplicações em depósitos interfinanceiros		
De 31 a 180 dias	57.697	27.378
De 181 a 360 dias	87.456	58.562
Subtotal (2)	145.153	85.940
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez (1+2)	757.789	665.032
Circulante	757.789	665.032

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de Reais)
b. Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	2º semestre 2023	Acumulado 2023	Acumulado 2022
Rendas de aplicações em operações compromissadas:			
Posição bancada	41.803	87.217	92.951
Posição financiada	700	1.098	1.419
Rendas de aplicações depósitos interfinanceiros	5.905	11.910	7.850
Total	48.408	100.225	102.220

6. Títulos e valores mobiliários**a. Diversificação por tipo**

	2023	2022
Carteira própria	218.087	149.555
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	38.138	26.128
Certificados de Recebíveis do Imobiliários	38.305	47.068
Debêntures	29.181	8.465
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	1.437	-
Notas comerciais	45.777	-
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior (i)	65.249	67.894
Vinculados a operações compromissadas	119.220	5.199
Certificados de Recebíveis do Imobiliários	5.757	-
Debêntures	19.349	5.199
Notas comerciais	94.114	-
Vinculados à prestação de garantia	48.849	39.659
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	48.849	39.659
Total	386.156	194.413
Circulante	85.808	14.861
Não circulante	300.348	179.552

(i) Os títulos e valores mobiliários no exterior são compostos basicamente por títulos de empresas estatais sediadas no Brasil emitidos por bancos no exterior como renda fixa no valor total de R\$ 36.330 (31/12/2022 – R\$ 37.206) e outros títulos de renda fixa no valor de R\$ 28.919 (31/12/2022 – R\$ 30.688).

Os títulos são escriturais e estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Banco Itaú Nassau.

b. Diversificação por prazo

	2023	2022
Até 3 meses	84.262	683
A vencer entre 3 e 12 meses	1.546	14.178
A vencer entre 12 e 36 meses	185.878	109.670
A vencer entre 36 e 60 meses	51.411	-
A vencer entre 60 e 180 meses	25.318	31.639
Acima de 180 meses	37.741	38.243
Total da carteira	386.156	194.413
Circulante	85.808	14.861
Não circulante	300.348	179.552

c. Classificação da carteira de títulos e valores mobiliários

	2023	2022
	Disponíveis para venda	Disponíveis para venda
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	86.987	65.787
Certificados de Recebíveis Imobiliários	44.062	-
Debêntures	48.530	13.664
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	-	47.068
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	65.249	67.894
Subtotal	244.828	194.413
	Mantidos até o vencimento	Mantidos até o vencimento
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	1.437	-
Notas comerciais	139.891	-
Subtotal	141.328	-
Total da carteira	386.156	194.413

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

d. Valor de mercado dos títulos

Os valores de custo atualizado da carteira de títulos e valores mobiliários, comparados com os respectivos valores de mercado, estão assim demonstrados:

	2023		
	Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Ajuste a mercado
Títulos			
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (i)	87.005	86.987	(18)
Certificados de Recebíveis Imobiliários (ii)	40.307	44.062	3.755
Debêntures (ii)	78.760	48.530	(30.230)
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (*)	1.437	1.437	-
Notas comerciais	139.891	139.891	-
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior (i)	67.401	65.249	(2.152)
	<u>414.801</u>	<u>386.156</u>	<u>(28.645)</u>

	2022		
	Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Ajuste a mercado
Títulos			
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (i)	65.621	65.787	166
Debêntures (ii)	46.606	13.664	(32.942)
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (ii)	47.068	47.068	-
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior (i)	72.645	67.894	(4.751)
	<u>231.940</u>	<u>194.413</u>	<u>(37.527)</u>

(*) No semestre findo em 30 de junho de 2023 ocorreu a reclassificação dos títulos de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, passando da categoria “Disponível para venda” para a categoria “Mantidos até o vencimento”, em decorrência da revisão da intenção da Administração sobre os respectivos títulos, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001. A Reclassificação não gerou impacto no resultado e no patrimônio líquido na respectiva data-base do evento. Não houve reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários entre categorias no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

(i) O valor de mercado das Letras Financeiras do Tesouro – LFT, Títulos e Valores Mobiliários no Exterior, foi apurado com base em cotações de preços, índices e taxas imediatamente disponíveis para transações não forçadas e oriundas de fontes independentes. Portanto, classificados como Nível 1.

(ii) O valor de mercado dos Certificados de Recebíveis Imobiliários e Debêntures foi obtido pela utilização de preços cotados para ativos e passivos semelhantes em mercados ativos, ou através de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente por taxas de descontos obtidas através de dados observáveis de mercado ou outras técnicas de avaliação baseadas em métodos matemáticos que utilizam referenciais de mercado, portanto classificados como Nível 2.

e. Resultado com títulos e valores mobiliários

	2º semestre 2023	Acumulado 2023	Acumulado 2022
Aplicações interfinanceiras de liquidez	48.408	100.225	102.220
Rendas de aplicações em moeda estrangeira	2.791	5.539	5.310
Títulos de renda fixa	24.037	35.379	19.634
Títulos de renda variável	5.634	5.634	-
Aplicações em fundos de investimentos	-	-	213
Total	<u>80.870</u>	<u>146.777</u>	<u>127.377</u>

7. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção (*hedge*) contra risco de mercado, que decorrem, principalmente, das flutuações das taxas de juros e cambial.

O gerenciamento da necessidade de *hedge* é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de dólar e de reais subdivididas nos diversos indexadores (pré e TJLP). Os instrumentos financeiros derivativos são os de mais alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da B3 S.A. – *Brasil, Bolsa, Balcão*, que são avaliados pelo valor de mercado, por meio de ajustes diários e classificados como nível 1.

A efetividade dos instrumentos de *hedge* é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de derivativos e dos valores de mercado dos objetos do *hedge*. Os instrumentos de *hedge* podem ser operados em prazos distintos dos seus respectivos objetos, com o intuito de buscar a melhor liquidez do instrumento. Existe a previsão da necessidade de renovação ou de contratação de nova operação de *hedge*, naqueles em que o instrumento financeiro derivativo apresenta vencimento anterior ao do item objeto de “*hedge*”.

Após a implementação da política de taxa de câmbio flutuante, a carteira de dólar vem sendo gerenciada de forma que haja o menor descasamento de prazo e volume financeiro possível. Por outro lado, esses instrumentos financeiros derivativos, que não atendem à classificação de *hedge*, conforme parâmetros estabelecidos na Circular BACEN nº 3.082/02, mas que são utilizados para proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços e taxas, ou seja, à exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente nas demonstrações de resultados do Banco.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

Controles de gerenciamento de risco

As carteiras são controladas e consolidadas pela área de Informações Gerenciais, sob gestão da Diretoria Administrativa, a qual tem por responsabilidade apurar o valor de mercado das posições de derivativos e dos seus respectivos objetos de "hedge". Essas informações são encaminhadas à Mesa Financeira e à área de Gestão de Riscos, que, nas reuniões diárias de caixa, define a melhor gestão das diversas carteiras ativas e passivas do Banco, considerando riscos de mercado e de liquidez, providenciando os instrumentos de "hedge" necessários de acordo com a política previamente definida pela Administração.

As posições descobertas são acompanhadas constantemente para verificação de que estão dentro dos limites aprovados pelo Comitê de Risco de Mercado.

a. Posição**Operações de swap:**

	2023			
	Valor referencial	Valor de mercado dado	Valor de mercado tomado	Valor líquido a pagar
CDI x PTAX-V (*)	114.316	121.226	(114.961)	6.265
IPCA x CDI (*)	50.000	57.673	(67.653)	(9.980)
PTAX-V x CDI (*)	114.316	114.961	(117.924)	(2.963)
Total	278.632	293.860	(300.538)	(6.678)

	2022			
	Valor referencial	Valor de mercado dado	Valor de mercado tomado	Valor líquido a receber
CDI x PTAX-V (*)	84.770	89.175	(89.633)	(458)
IPCA x CDI (*)	80.000	90.039	(90.199)	(160)
PTAX-V x CDI (*)	84.770	89.633	(86.588)	3.045
Total	249.540	268.847	(266.420)	2.427

Operações de futuro:

	2023		2022	
	Valor referencial	Posição	Valor referencial	Posição
		comprada		comprada
Mercado futuro (*):				
Valor referencial				
Taxa de juros – DI	-	2.011.302	-	1.832.296
Moeda	96.836	-	-	-
	96.836	2.011.302	-	1.832.296

(*) Essas operações são utilizadas para proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços e taxas ("hedge") – vide Nota Explicativa nº 7e.

b. Diversificação por prazo de vencimento

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos estão distribuídos na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão nos seguintes prazos de vencimento:

	2023			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 12 a 36 meses	Total
Operações de swap:	1.449	(8.268)	141	(6.678)
Mercado futuro:				
Valor referencial				
Posição comprada	96.836	-	-	96.836
Posição vendida	1.604.096	407.206	-	2.011.302

	2022			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 12 a 36 meses	Total
Operações de swap:	-	4.108	(1.681)	2.427
Mercado futuro:				
Valor referencial				
Posição vendida	1.124.990	707.306	-	1.832.296

Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidas e representam seu valor de mercado. As operações de futuros e swap são registradas em contas de compensação pelo valor de contrato ou valor de principal. Essas operações são realizadas no âmbito das B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados. Os valores a receber e a pagar de operações de swap estão registrados na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos".

c. Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos

Os tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos estão representados basicamente por:

	2023	2022
Letras Financeiras do Tesouro	43.465	36.579
Cartas de Fiança	-	10.000
Total	43.465	46.579

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

d. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

O valor das receitas e despesas líquidas estão demonstrados a seguir:

	2º semestre 2023	Acumulado 2023	Acumulado 2022
Operações de swap	(2.666)	(6.821)	4.505
Contratos futuros	(1.516)	(11.421)	(24.827)
Total	(4.182)	(18.242)	(20.322)

e. Posições de Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade de riscos

O Banco apresenta três cenários de simulações sobre a apresentação de informações dos instrumentos financeiros, inclusive os derivativos de *hedge*, que incluem a análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração. Essa análise incluiu simulações que medem o efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre as exposições mantidas pelo Banco, tendo como objetivo simular os efeitos no resultado diante de três cenários específicos, conforme apresentado a seguir:

- 1 - Situação considerada provável pela Administração que considerou uma deterioração de 1%, na variável de risco (câmbio e taxa de juros), que teve a intenção de demonstrar certa estabilidade.
- 2 - Situação com deterioração de, pelo menos, 25% (*) na variável de risco considerada (câmbio e taxa de juros).
- 3 - Situação com deterioração de, pelo menos, 50% (*) na variável de risco considerada (câmbio e taxa de juros).

I – Demonstrativo de posições

Apresentamos, a seguir, os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2023 e os respectivos montantes das carteiras protegidas por esses instrumentos:

Operação / Carteira protegida	Risco	Instrumento financeiro derivativo	Montante da carteira protegida	Posição (a)
Hedge (*) – Dívida em moeda estrangeira				
Repasse do exterior / Dívida subordinada	Câmbio	953.322	(984.005)	(30.683)
Hedge (*) – Banking Pré				
Operações de crédito	Taxa de Juros	(2.011.302)	3.727.962	1.716.660
Total		(1.057.980)	2.743.957	1.685.977

(a) Refere-se à posição líquida entre os saldos contábeis das carteiras protegidas e os respectivos instrumentos financeiros derivativos, não representando a efetiva exposição em cada uma das operações, que apresentam diferentes vencimentos.

(*) Conforme mencionado anteriormente, muito embora essas operações sejam utilizadas para proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços e taxas, não são contabilizadas como tal por não atenderem os parâmetros definidos na Circular BACEN nº 3.082/02.

II – Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade - Efeito na Variação do Valor Justo (R\$ mil)

Operação	Risco	Cenário I Deterioração 1%	Cenário II Deterioração 25%	Cenário III Deterioração 50%
Operação de Câmbio Dívida em moeda estrangeira	Operação de Câmbio (risco queda US\$)	21	1.380	4.373
	Dívida (risco aumento US\$)	721	17.557	34.188
	Efeito Líquido	742	18.937	38.561
Hedge Banking PRÉ Ativo em R\$	Derivativo (risco queda Selic)	261	6.423	12.657
	Créditos (risco aumento Selic)	(2.445)	(60.043)	(117.595)
	Efeito Líquido	(2.184)	(53.620)	(104.938)
	Efeito Líquido - Total	(1.442)	(34.683)	(66.377)

III – Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade - Efeito na Variação do Valor Justo - CONSOLIDADO

Operação	Risco	MTM Exposição Líquida	Cenário I Deterioração 1%	Cenário II Deterioração 25%	Cenário III Deterioração 50%
Book Cambial	Queda da moeda estrangeira	(30.683)	742	18.937	38.561
Book Pré	Alta do CDI	1.716.660	(2.184)	(53.620)	(104.938)
	Efeito Líquido Total	1.685.977	(1.442)	(34.683)	(66.377)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de Reais)
8. Operações de crédito, adiantamento de contrato de câmbio
a. Diversificação por produto

	2023	2022
Setor privado:		
Contas garantidas	142.831	137.601
Operações em moedas estrangeiras	504.542	506.340
Capital de giro	1.618.575	1.799.220
Vendor	1.547	2.490
Direitos creditórios	52.724	18.414
Crédito consignado	825.194	628.808
CDC equipamentos	-	10.488
Finame	4.776	-
Outros créditos:		
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (*)	362.851	457.340
Rendas a receber adiantamentos concedidos (*)	19.237	14.851
Devedores por compra de valores e bens	72.026	94.887
Cartão de crédito	9.660	109.467
Compra de ativos (**)	1.580.059	1.171.080
Total antes da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.194.022	4.950.986
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(64.511)	(50.336)
Total Geral	5.129.511	4.900.650
Circulante	3.879.022	3.659.511
Não circulante	1.250.489	1.241.139

(*) As operações de adiantamentos sobre contratos de câmbio e as rendas a receber de adiantamentos concedidos estão registradas no balanço na rubrica "Outros instrumentos financeiros passivos" (vide Nota Explicativa nº 11).

(**) Essas operações são classificadas sem coobrigações por parte do cedente, pois na compra dos ativos houve a transferência dos riscos e benefícios das operações.

b. Diversificação por atividade

	2023	2022
Setor privado:		
Indústria	1.013.901	1.410.573
Comércio	356.480	182.255
Intermediários financeiros	41.303	20.009
Serviços	2.899.114	2.622.621
Pessoas físicas	883.224	715.528
Total da carteira	5.194.022	4.950.986

c. Diversificação por prazo

	2023	2022
Setor privado:		
Vencidas	110.249	70.288
A vencer em até 3 meses	2.280.227	1.957.318
A vencer entre 3 e 12 meses	1.537.331	1.669.493
A vencer entre 12 e 36 meses	779.805	788.642
A vencer entre 36 e 60 meses	321.229	317.306
A vencer acima de 60 meses	165.181	147.939
Total da carteira	5.194.022	4.950.986

d. Concentração do crédito

	2023		2022	
	Risco	% do total	Risco	% do total
Maior devedor	126.056	2,43%	108.802	2,21%
10 maiores devedores	868.413	16,72%	846.682	17,17%
20 maiores devedores	1.334.205	25,69%	1.317.006	26,70%
50 maiores devedores	2.132.677	41,06%	2.115.011	42,88%
100 maiores devedores	2.792.566	53,77%	2.784.757	56,46%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

e. Resultado das operações de crédito

	2º semestre 2023	Acumulado 2023	Acumulado 2022
Operações de crédito			
Rendas de empréstimos	238.812	503.656	392.345
Rendas de direitos creditórios	108.298	202.668	166.098
Rendas de financiamentos	110	110	-
Rendas de financiamento em moeda estrangeira	41.711	78.663	87.604
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.333	8.567	12.951
Despesa de cessão de crédito (i)	-	(34.026)	-
Descontos concedidos	-	(11.354)	-
Total de receitas com operações de crédito	392.264	748.284	658.998

(i) No primeiro semestre de 2023 foram cedidas operações de crédito sem coobrigação no montante de R\$ 43.986 para sociedades não ligadas, pelo valor de R\$ 9.960, que geraram uma perda no montante de R\$ 34.026 dos quais se encontravam provisionadas num montante de R\$ 14.939. As cessões foram realizadas no contexto de redirecionamento do produto, cujas operações foram cedidas. No ano de 2022 não foram realizadas operações de cessão de créditos.

9. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A movimentação líquida da provisão para perdas esperadas associadas ao risco crédito foi a seguinte:

	2º semestre 2023	Acumulado 2023	Acumulado 2022
Saldo no início do período	(50.411)	(50.336)	(30.563)
Constituição líquida de provisão	(31.340)	(47.467)	(38.661)
Baixa para prejuízo	17.240	33.292	18.888
Saldo no fim do período	(64.511)	(64.511)	(50.336)

Apresentamos, a seguir, a composição da carteira por níveis de riscos:

2023						Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
Nível de risco	Nível de provisionamento (%)	Total das operações			Total		
		Curso normal	Atraso	Total			
AA	0,0	3.508.993	-	3.508.993	-		
A	0,5	1.315.430	-	1.315.430	6.577		
B	1,0	161.941	10.754	172.695	1.727		
C	3,0	51.762	13.012	64.774	1.943		
D	10,0	16.378	31.644	48.022	4.802		
E	30,0	20.849	13.602	34.451	10.335		
F	50,0	899	11.588	12.487	6.244		
G	70,0	472	13.818	14.290	10.003		
H	100,0	7.049	15.831	22.880	22.880		
Total da carteira		5.083.773	110.249	5.194.022	64.511		

2022						Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
Nível de risco	Nível de provisionamento (%)	Total das operações			Total		
		Curso normal	Atraso	Total			
AA	0,0	3.361.441	-	3.361.441	-		
A	0,5	1.302.993	-	1.302.993	6.515		
B	1,0	144.892	9.794	154.686	1.547		
C	3,0	12.275	6.810	19.085	572		
D	10,0	19.377	26.829	46.206	4.621		
E	30,0	23.645	7.673	31.318	9.395		
F	50,0	9.875	3.344	13.219	6.610		
G	70,0	997	2.210	3.207	2.245		
H	100,0	5.203	13.628	18.831	18.831		
Total da carteira		4.880.698	70.288	4.950.986	50.336		

Foram recuperados créditos no montante de R\$ 3.333 no segundo semestre de 2023, acumulado no ano R\$ 8.567 (R\$ 8.971 no segundo semestre de 2022, acumulado no ano R\$ 12.951). Foram renegociados créditos no montante de R\$ 40.168 em 2023 (R\$ 128.344 em 2022). O saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas em operações de crédito.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

10. Outros instrumentos financeiros - Créditos vinculados

Composição do saldo

O saldo de créditos vinculados estava assim representado:

	2023	2022
Compulsório reserva PIX	5.048	185
Compulsório sobre depósito à vista	602	1.022
Compulsório sobre microcréditos	4.705	3.132
Circulante (Nota Explicativa nº 12)	10.355	4.339

11. Outros Instrumentos financeiros - Carteira de câmbio

	2023	2022
Câmbio comprado a liquidar	351.953	479.856
Direitos sobre venda de câmbio	2.984	1.201
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(791)	(1.201)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	19.237	14.851
Total	373.383	494.707
Passivo – Outros instrumentos financeiros passivo		
Câmbio vendido a liquidar	2.965	1.179
Obrigações por compra de câmbio	365.858	460.390
Adiantamento sobre contratos de câmbio – LA	(357.999)	(455.235)
Adiantamento sobre contratos de câmbio – LE	(4.851)	(2.105)
Total	5.973	4.229

	2º semestre 2023	Acumulado 2023	Acumulado 2022
Resultado de câmbio			
Rendas de câmbio	99.920	245.596	360.698
Despesas de câmbio	(44.024)	(144.068)	(208.085)
Total	55.896	101.528	152.613

As responsabilidades por créditos abertos para importação no valor de R\$ 27.073 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 34.876 em 31 de dezembro de 2022), estão registradas em contas de compensação.

12. Outros instrumentos financeiros

	2023	2022
Carteira de câmbio (Nota Explicativa nº 11)	373.383	494.707
Rendas a receber	337	611
Adiantamentos e antecipações	14.930	14.891
Devedores por depósito em garantia	88.841	85.845
Imposto de renda a compensar	25.674	26.848
Opções por incentivos fiscais	271	271
Devedores diversos – País / exterior	1.827	5.415
Créditos vinculados (Nota Explicativa nº 10)	10.355	4.339
Diversos	146	147
Total	515.764	633.074
Circulante	426.652	547.228
Não circulante	89.112	85.846

13. Imposto de renda e contribuição social

a. Ativo fiscal diferido

O Banco adota procedimentos de reconhecer créditos tributários de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, com base nas alíquotas vigentes de 25% para imposto de renda e 20% para contribuição social, com acréscimo de 1% para realizações até dezembro de 2022. Os créditos tributários são constituídos em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

(i) Natureza e origem do ativo fiscal diferido

	2023			2022		
	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Diferenças temporárias:						
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	16.371	13.097	29.468	12.488	9.990	22.478
Valor justo TVM / BNDU	7.287	5.829	13.116	9.461	7.569	17.030
Passivo contingente	18.056	13.701	31.757	16.972	12.813	29.785
Total	41.714	32.627	74.341	38.921	30.372	69.293

(ii) Expectativa de realização

Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

Exercícios	Expectativa de realização por exercício	Valor presente (i)
2024	22.620	20.338
2025	2.179	1.761
2026	17.016	12.369
2027	898	587
2028	31.628	18.586
	74.341	53.641

(i) Para descontar o ativo fiscal diferido a valor presente foi utilizada a taxa do DI de 31 de dezembro de 2023 (0,89% a.m.).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

(iii) Movimentação do ativo fiscal diferido

	2023	2022
Saldo no início no período	69.293	57.684
Constituição no período	23.882	22.693
Reversão / realização no período	(18.834)	(11.084)
Saldo no fim no período	74.341	69.293
Representatividade dos créditos tributários sobre o patrimônio líquido (%)	10,00%	10,02%

b. Despesa com imposto de renda e contribuição social – (acumulado)

	2023		2022	
	IR	CS	IR	CS
Lucro líquido antes da tributação	136.499	136.499	128.234	128.234
Remuneração do capital (JCP)	(58.514)	(58.514)	(43.500)	(43.500)
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	77.985	77.985	84.734	84.734
Adições / exclusões	18.821	18.821	10.572	10.572
Resultado de equivalência patrimonial	(5.584)	(5.584)	(6.501)	(6.501)
Créditos baixados como prejuízo	(32.654)	(32.654)	(23.725)	(23.725)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	48.187	48.187	38.930	38.930
Passivos contingentes, cíveis / trabalhistas e fiscal	4.381	4.381	1.788	1.788
Ajuste ao valor justo	4.961	4.961	(6.136)	(6.136)
Lucro no exterior	-	-	2.969	2.969
Dividendos recebidos	(5.634)	(5.634)	-	-
Doações	4.753	4.753	2.742	2.742
Outras inclusões / exclusões	411	411	505	505
Base de cálculo	96.806	96.806	95.306	95.306
Encargos às alíquotas de 15% (IR) e 20% (CS) 1% adicional na CS	14.521	19.361	14.296	19.432
Adicional de IR a 10% sobre parcela excedente a R\$ 240	9.656	-	9.506	-
Incentivos fiscais	(1.958)	-	(1.320)	-
IR / CS diferidos	(1.114)	(892)	1.534	1.227
Imposto de renda / contribuição social	21.105	18.469	24.016	20.659

14. Outros ativos

	2023	2022
Bens não de uso próprio		
Imóveis	54.435	72.930
Despesas antecipadas		
Despesas antecipadas (i)	515	2.233
Total	54.950	75.163
Circulante	54.950	75.163

(i) Representado, basicamente, por comissões pagas a consultores externos em razão de contratação de linhas externas.

15. Investimentos em participações em controladas

	2º semestre / exercício 2023			
	IB DTVM	IB Créditos	Outros	Total
Informações sobre investimentos				
Capital social realizado	5.118	5.930	-	-
Patrimônio líquido	5.448	11.296	-	-
Lucro / (Prejuízo) líquido do semestre	148	2.674	-	-
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício	309	4.972	-	-
Cotas	683.500	1.482.436	-	-
Participação no capital – %	99,64	99,99	-	-
Resultado da participação em controlada do semestre	148	2.674	-	2.822
Resultado da participação em controlada do exercício	309	4.972	-	5.281
Valor contábil dos investimentos	5.428	11.295	25.304 (*)	42.027
Operações realizadas em controladas (**)				
Ativo:				
Disponibilidades	43	608	-	651
Aplicação em depósitos interfinanceiros	5.472	-	-	5.472
Títulos e valores mobiliários	-	12.323	-	12.323
Resultado do semestre:				
Rendas com títulos e valores mobiliários	320	658	-	978
Rendas de prestação de serviço	-	7.497	-	7.497
Resultado do exercício:				
Rendas com títulos e valores mobiliários	649	1.196	-	1.845
Rendas de prestação de serviço	-	11.449	-	11.449

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

	2022			
	IB DTVM	IB Créditos	Outros	Total
Informações sobre Investimentos				
Capital social realizado	4.116	1.483	-	-
Patrimônio líquido	4.777	2.672	-	-
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício	324	3.209	-	-
Cotas	683.500	1.482.436	-	-
Participação no capital – %	99,64	99,99	-	-
Resultado da participação em controlada	323	3.209	-	3.532
Valor contábil dos investimentos	5.119	6.323	25.263 (*)	36.705
Operações realizadas em controladas (**)				
Ativo:				
Disponibilidades	30	144	-	174
Aplicação em depósitos interfinanceiros	5.168	-	-	5.168
Títulos e valores mobiliários	-	8.540	-	8.540
Resultado:				
Rendas com títulos e valores mobiliários	580	766	-	1.346
Rendas de prestação de serviço	25	6.546	-	6.571

(*) Investimento para incentivo fiscais R\$ 19 (R\$ 19 em dezembro de 2022), títulos patrimoniais R\$ 10 (R\$ 185 em dezembro de 2022), ações e cotas R\$ 11.350 (R\$ 11.134 em dezembro de 2022), obras de arte R\$ 45 (R\$ 45 em dezembro de 2022) e propriedade para investimento R\$ 13.880 (R\$ 13.880 em dezembro de 2022).

(**) Operações realizadas em condições de mercado, considerada a ausência de risco.

16. Imobilizado de uso

	Taxa anual de depreciação (%)	2023		2022	
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Custo de aquisição	Depreciação acumulada
Imobilizações:					
Outros:					
Móveis e equipamentos	10	3.902	(2.153)	3.886	(1.890)
Sistema de comunicação	20	408	(294)	408	(287)
Sistema de processamento de dados	20	5.521	(4.007)	5.199	(3.498)
Sistema de segurança	10	71	(71)	71	(71)
Aeronaves / veículos	20	29.612	(9.262)	28.745	(6.086)
Total		39.514	(15.787)	38.309	(11.832)

17. Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos – Instituições financeiras e outros clientes

a. Diversificação por produto

	2023	2022
Depósitos à vista	188.550	235.063
Depósitos interfinanceiros	986.095	577.237
Depósitos a prazo	1.923.202	1.391.787
Operações compromissadas	127.867	6.365
Recursos de aceites e emissão de títulos (*)	1.507.711	2.079.501
Empréstimos no exterior (**)	526.371	682.353
Obrigações por repasses no exterior (***)	273.264	312.954
Obrigações por repasses no país	4.767	-
Dívidas subordinadas (****)	140.452	-
Outros recursos	10.355	2.470
Total	5.688.634	5.287.730

(*) Letras Financeiras R\$ 1.069.242 (31/12/2022 – R\$ 1.383.723), Letras de Crédito Imobiliário R\$ 41.664 (31/12/2022 – R\$ 105.906), Letras de Crédito do Agronegócio R\$ 396.805 (31/12/2022 – R\$ 589.872) com garantia via recebíveis da instituição financeira.

(**) São compostos basicamente por linhas externas para financiamento às exportações e importações de empresas brasileiras vencíveis até novembro de 2024.

(***) Em 13 de julho de 2017, o Banco recebeu do DEG (Deutsche Investitions-Und Entwicklungsgesellschaft MbH) um empréstimo sênior no montante de US\$ 15,0 milhões com vencimento em 7 anos (após amortização parciais, o saldo ao final do período representa US\$ 3,7 milhões). Em 30 de junho de 2020, o Banco recebeu mais um empréstimo sênior do DEG no montante de US\$ 12,0 milhões com vencimento em 7 anos. Em dezembro de 2021, o Banco captou um novo empréstimo sênior junto ao DEG e Proparco (Société de Promotion et de Participation Pour la Coopération Economique S.A.) no valor de US\$ 40,0 milhões por 7 anos. Os recursos das linhas, são destinados a empresas de médio porte, PMEs. Essas linhas de crédito, exigem a manutenção de índices financeiros mínimos (*financial covenants*), que são monitorados trimestralmente.

(****) São compostos de captações em Letras Financeiras com vencimentos em janeiro de 2033 e 2035, que estão sendo utilizadas para capital nível II (vide Nota Explicativa nº 25).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

b. Diversificação por prazo

	2023	2022
Sem vencimento	188.550	235.063
A vencer em até 3 meses	1.384.079	1.238.385
A vencer entre 3 e 12 meses	2.507.463	2.234.158
A vencer entre 12 e 36 meses	1.350.376	1.393.648
A vencer entre 36 e 60 meses	117.714	137.641
A vencer entre 60 e 180 meses	140.452	48.835
Total	5.688.634	5.287.730

c. Despesas de captações, empréstimos, cessões e repasses

	2º semestre 2023	Acumulado 2023	Acumulado 2022
Operações de captações no mercado			
Depósitos interfinanceiros	(47.428)	(87.542)	(60.647)
Depósitos a prazo	(96.110)	(181.068)	(187.790)
Captações no mercado aberto	(2.415)	(3.189)	(1.965)
Letras de crédito do agronegócio	(22.955)	(55.718)	(52.157)
Letras de créditos imobiliários	(2.845)	(8.368)	(10.789)
Letras financeiras	(83.902)	(177.703)	(169.762)
Outros	(1.364)	(2.753)	(4.068)
Subtotal	<u>(257.019)</u>	<u>(516.341)</u>	<u>(487.178)</u>
Operações de empréstimos e repasses			
Despesas de obrigações com banqueiro no exterior	(51.451)	(86.932)	(122.523)
Obrigações por repasses no País	(294)	(294)	-
Obrigações por repasses no exterior	(18.278)	(27.128)	(4.011)
Subtotal	<u>(70.023)</u>	<u>(114.354)</u>	<u>(126.534)</u>
Total	<u>(327.042)</u>	<u>(630.695)</u>	<u>(613.712)</u>

18. Provisões

O Banco Industrial é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

a. Contingências passivas e obrigações legais

As provisões reconhecidas contabilmente estão representadas por: (i) Ações Trabalhistas que objetivam ver reconhecidos direitos trabalhistas, tais como, horas extras, verbas acessórias, entre outras; e (ii) Fiscais e Previdenciárias – Provisão para Riscos Fiscais representados por processos em que se discute a constitucionalidade ou legalidade da exigência de diversos impostos e contribuições; (iii) Cíveis - promovidas pelo cliente e/ou terceiro, visando o ressarcimento de despesas e/ou danos em decorrência de operação financeira ou alegado descumprimento de obrigação legal. Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica "Outros instrumentos financeiros - Devedores por depósitos em garantia" (Nota Explicativa nº 12).

O Banco, com base na opinião de seus assessores legais, não espera a ocorrência de perdas no desfecho desses processos, além das já provisionadas.

Existem 11 casos de reclamações trabalhistas no montante de R\$ 1.560 em dezembro de 2023 (9 casos – R\$ 1.419 em dezembro de 2022) e 28 de ações cíveis classificados como possíveis pelos nossos assessores jurídicos, no montante de R\$ 20.757 (37 casos – R\$ 19.433 em dezembro de 2022).

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até cinco anos.

b. Composição das provisões

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias indenizadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	2023	2022
Provisão para contingências	115.353	106.759
Trabalhistas	20.781	17.858
Outras contingências fiscais (*)	78.748	74.535
Cíveis (**)	15.824	14.366

(*) Outras Contingências Fiscais compreendem critérios de apuração de base de cálculo de PIS e COFINS, entre outros.

(**) Representa a perda histórica do Banco em relação aos processos em aberto. Questionamentos judiciais sobre indexação de contratos entre outros. A provisão é efetuada tomando-se por base o efetivo desembolso de acordos firmados historicamente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas. São concedidos créditos por meio de avais e fianças vinculados a contratos de licitações, garantias judiciais e outros no montante de R\$ 217.701 (R\$ 230.353 em 31 de dezembro de 2022).

	2023	2022
Garantias prestadas		
Vinculados a licitações, leilões	92	91
Fornecimento de mercadorias	69.025	58.521
Processos judiciais	86.316	76.407
Fianças bancárias	62.268	95.334
Total	217.701	230.353
Provisão para garantias prestadas		
Fornecimento de mercadorias	17	132
Processos judiciais	406	359
Fianças bancárias	76	325
Total	499	816

c. Movimentação das provisões

	2022		2023	
	Saldo final	Adição à provisão	Utilização/reversão	Atualização Selic
Provisão para contingências	106.759	6.853	(2.472)	4.213
Trabalhistas	17.858	5.395	(2.472)	-
Outras contingências fiscais	74.535	-	-	4.213
Cíveis	14.366	1.458	-	-
Provisão para garantias prestadas	816	-	(317)	-
Total provisão	107.575	6.853	(2.789)	4.213
	2021		2022	
	Saldo final	Adição à provisão	Utilização/reversão	Atualização Selic
Provisão para contingências	100.650	4.125	(2.337)	4.321
Trabalhistas	15.885	3.572	(1.599)	-
Outras contingências fiscais	70.214	-	-	4.321
Cíveis	14.551	553	(738)	-
Provisão para garantias prestadas	635	181	-	-
Total provisão	101.285	4.306	(2.337)	4.321

19. Outros passivos

	2023	2022
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	950	1.216
Sociais e estatutárias	-	10.200
Fiscais e previdenciárias	49.996	49.732
<i>Tributos sobre lucros a pagar</i>	<i>41.581</i>	<i>41.914</i>
<i>Impostos e contribuições a recolher</i>	<i>8.415</i>	<i>7.818</i>
Negociação e intermediação de valores	-	3
Provisão para pagamentos a efetuar	23.705	26.602
Credores diversos – País / exterior	7.442	12.934
Diversas	1	1
Total	82.094	100.688
Circulante	82.094	100.688

20. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social de R\$ 387.448 (31/12/2022 – R\$ 387.448) do Banco, totalmente integralizado, é representado por ações nominativas, sendo 119.651.813 ordinárias e 60.576.453 preferenciais, pelo valor nominal de R\$ 2,149763. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado, consoante legislação em vigor

b. Reservas

Reserva de lucro - Reserva legal

A Reserva legal é constituída de acordo com a legislação vigente pela destinação de 5% do lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. O valor constituído de reserva legal em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 5.306 (31/12/2022 – R\$ 4.638). O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2023 atingiu o montante de R\$ 43.290 (31/12/2022 – R\$ 37.984).

Retenção de lucros – Reserva estatutária

O Estatuto do Banco prevê a destinação de reserva, à disposição dos órgãos estatutários, para futuros investimentos com a parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. O valor constituído de reserva estatutária em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 42.292 (31/12/2022 – R\$ 44.617). O saldo da reserva estatutária em 31 de dezembro de 2023 atingiu o montante de R\$ 326.655 (31/12/2022 – R\$ 284.363).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

c. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado, consoante legislação em vigor. Os acionistas aprovaram a não distribuição desses dividendos. Durante o exercício 2023 foi deliberada a distribuição da remuneração do capital próprio (JCP) aos acionistas, calculada sobre as contas de patrimônio líquido, com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, no montante de R\$ 58.514 (R\$ 43.500 distribuídos no ano 2022).

21. Despesas de pessoal

	2º semestre 2023	Acumulado 2023	Acumulado 2022
Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(3.353)	(6.942)	(5.638)
Benefícios (i)	(10.126)	(18.963)	(14.245)
Encargos sociais	(7.948)	(15.767)	(13.884)
Proventos	(31.632)	(55.119)	(63.731)
Outros	(386)	(669)	(321)
Total	(53.445)	(97.460)	(97.819)

(i) Contempla os seguintes benefícios: assistência médica, alimentação, vale transporte, entre outros.

22. Outras despesas administrativas

	2º semestre 2023	Acumulado 2023	Acumulado 2022
Água, energia e gás	(415)	(793)	(712)
Aluguéis	(3.737)	(7.713)	(6.052)
Comunicações	(583)	(1.478)	(1.857)
Manutenção e conservação de bens	(1.638)	(3.032)	(2.262)
Material	(221)	(401)	(376)
Processamento de dados	(6.246)	(11.958)	(10.761)
Promoções e relações públicas	(1.981)	(3.331)	(3.286)
Publicações	(50)	(284)	(77)
Seguros	(135)	(219)	(121)
Serviços do sistema financeiro	(579)	(1.622)	(1.607)
Serviços de terceiros	(7.363)	(13.172)	(11.318)
Serviços técnicos especializados ¹	(8.801)	(14.280)	(9.900)
Transportes	(109)	(229)	(253)
Viagens	(299)	(722)	(638)
Amortização e depreciação	(1.993)	(3.956)	(3.604)
Outras despesas administrativas	(334)	(622)	(658)
Total	(34.484)	(63.812)	(53.482)

¹ Inclui os honorários de auditoria apropriados para o exercício de 2023. O montante total dos honorários contratados para o exercício de 2023 foram de R\$ 865 (2022 – R\$ 621).

23. Despesas tributárias

	2º semestre 2023	Acumulado 2023	Acumulado 2022
Tributos Federais / Municipais	(1.231)	(2.395)	(1.549)
ISS	(798)	(1.646)	(1.361)
COFINS	(9.589)	(19.193)	(14.744)
PIS	(1.558)	(3.119)	(2.396)
Outros	(2.315)	(4.643)	(4.321)
Total	(15.491)	(30.996)	(24.371)

24. Outras Receitas / Despesas Operacionais

	2º semestre 2023	Acumulado 2023	Acumulado 2022
Outras receitas operacionais	2.494	8.485	16.353
Variações monetárias	2.401	4.792	4.530
Lucro na alienação de valores e bens	33	642	1.050
Aluguéis	60	110	-
Reversão de provisões	-	2.472	1.999
Ganho de Capital – CIP	-	-	8.774
Outras	-	469	-
Outras despesas operacionais	(11.635)	(16.864)	(7.331)
Provisões para contingências	(2.794)	(6.854)	(3.786)
Garantias financeiras prestadas	(45)	(45)	(251)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(3.522)	(4.027)	(530)
Doações	(4.753)	(4.753)	(2.742)
Ajuste valor justo BNDU	(502)	(502)	-
Despesas Visa	(18)	(682)	-
Outras	(1)	(1)	(22)
Total	(9.141)	(8.379)	9.022

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

25. Indicadores de risco (Basileia) e limites operacionais

O índice de comprometimento do patrimônio de referência para o risco de operações é de 15,1% em 31 de dezembro de 2023 (13,6% em 31 de dezembro de 2022).

	Conglomerado	
	2023	2022
Patrimônio de referência nível I	743.279	691.568
Instrumentos de dívida subordinada	140.452	-
Patrimônio de referência nível II	140.452	-
Patrimônio de referência total (nível I + nível II)	883.731	691.568
Patrimônio de referência (a)	883.731	691.568
Alocação de capital por risco		
RWAcpad – crédito	401.889	361.917
RWAcam – câmbio	17.916	2.752
RWAjur – mercado	7.090	6.794
RWAopad – operacional	42.264	36.058
Patrimônio de referência exigido (b)	469.159	407.521
Margem (a - b)	414.572	284.047
IRRBB – Risco da carteira bancária	(76.088)	(63.738)
Margem (a - b)	338.484	220.309
Ativo ponderado pelo risco (i) (c)	5.864.488	5.094.012
Índice de Basileia (a/c)	15,1%	13,6%

O quadro acima, já contempla todas as alterações da Resolução BCB nº 229/22, vigente a partir de julho de 2023 referente ao risco de crédito (RWAcpad).

26. Valor de mercado dos instrumentos financeiros

As Demonstrações financeiras são elaboradas com base em critérios contábeis que pressupõem a continuidade normal das operações do Banco. O valor contábil dos instrumentos financeiros, registrados ou não em contas patrimoniais, aproxima-se do valor que por eles poderia-se obter através de negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, aproxima-se do valor presente dos fluxos de caixa ajustados pela taxa de juros vigente no mercado.

Isso não se aplica aos itens a seguir, para os quais demonstramos o valor contábil e o respectivo valor que seria obtido no mercado ativo ou o valor presente do fluxo de caixa, que denominamos valor de mercado.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Banco foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. O Banco não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Composição dos saldos

	2023		
	Valor contábil	Valor justo	Ganho / (perda) potencial
Ativos			
Operação de crédito (Nota Explicativa nº 8a)	5.194.022	5.707.773	513.751
Passivos			
Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos (Nota Explicativa nº 17a)	4.605.558	4.640.647	(35.089)
Obrigações por repasses no exterior (Nota Explicativa nº 17a)	273.264	265.142	8.122
Total			486.784
	2022		
	Valor contábil	Valor justo	Ganho / (perda) potencial
Ativos			
Operação de crédito (Nota Explicativa nº 8a)	4.950.986	5.379.710	428.724
Passivos			
Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos (Nota Explicativa nº 17a)	4.283.588	4.311.489	(27.901)
Obrigações por repasses no exterior (Nota Explicativa nº 17a)	312.954	329.261	(16.307)
Total			384.516

b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos e investimentos: baseiam-se em cotações de preços de mercado na data do balanço. Se não houvesse cotação de preços de mercado, os valores seriam estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Operações de crédito prefixadas: foram determinadas mediante desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando as taxas de juros praticadas pelo Banco em novos contratos de características similares. As referidas taxas são compatíveis com o mercado na data do balanço.

Depósitos e recursos de repasses: foram calculados mediante o desconto da diferença entre fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas praticadas no mercado na data do balanço.

Limitações: Os valores de mercado foram estimados na data do balanço, baseados em "informações relevantes de mercado". As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

c. Garantias

O Banco na formalização de seus instrumentos financeiros não contam com garantias que possam ser vendidas ou penhoradas sem que não ocorra inadimplência do devedor.

27. Transações com partes relacionadas

Conforme o CPC 05 as partes relacionadas são definidas como sendo seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro 2022, bem como as transações que influenciaram o resultado dos períodos, estão resumidas na Nota Explicativa nº 15 (Investimento em participações em Controladas e Coligadas).

Além desses valores, os depósitos a prazo, letras de crédito imobiliário, letra de crédito do agronegócio e debêntures com partes relacionadas totalizam R\$ 142.086 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 89.176 em 31 de dezembro de 2022), cujas taxas estão entre 90% a 135% do DI, com prazos de vencimento até dezembro de 2025. Limite de créditos no montante de R\$ 20.000 da Savana SPE Incorporação Ltda., R\$ 310 da Camacorp Visão Gráfica, R\$ 269 da Muse Itaim Participações e Incorporação Ltda., e R\$ 296 da River Participações e Incorporação Ltda., Operações de crédito no montante R\$ 35.116 da River Participação e Incorporação Ltda., R\$ 1.463 da Camacorp Visão Gráfica Ltda., R\$ 122 da CCM31 Participações e incorporação Ltda., R\$ 31 do Instituto de Ensino Superior Indaiatuba Ltda, R\$ 5.796 da Muse Itaim Participações e Incorporações Ltda., R\$ 28 da Nova Corretora de Seguros Ltda., e R\$ 112 de Red Seas Investimentos Ltda., e R\$ 420 de pessoa física e outras operações no total de R\$ 2.192 em 31 de dezembro de 2023 (Limite de crédito no montante de R\$ 307 da River Participação e Incorporação Ltda., operações de crédito no montante R\$ 27.013 da River Participação e Incorporação, R\$ 2.813 da Camacorp Visão Gráfica Ltda., R\$ 80 do Instituto de Ensino Superior de Indaiatuba Ltda., R\$ 195 da Red Seas Investimentos Ltda. e outras operações no total de R\$ 923 em 31 de dezembro de 2022), as operações de crédito estão de acordo com a Resolução do BACEN nº 4.693/18.

Remuneração dos Diretores e do Conselho de Administração: (i) os Diretores são os representantes legais do Banco, responsáveis, principalmente, pela sua administração cotidiana e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração. São todos brasileiros e residentes no Brasil. De acordo com o Estatuto Social do Banco, a Diretoria deve ser composta por 5 a 12 membros. (artigo 6º do Estatuto Social do Banco). No exercício de 2023, a remuneração dos administradores formada por honorários fixos totalizou R\$ 6.942 (R\$ 5.638 no exercício de 2022).

As despesas com remuneração dos diretores estão registradas na rubrica contábil "Despesas de honorários – Diretoria e Conselho de Administração". A remuneração da Administração foi fixada em R\$ 10.000 na Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2015.

28. Seguros

O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de Demonstrações financeiras intermediárias, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A apólice de seguro foi contratada junto à Generali Seguros, com vigência de 17 de junho de 2023 a 17 de junho de 2024, englobando uma única apólice garantindo matriz e filiais.

29. Outras informações

- a) O Banco não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego a funcionários.
- b) O Banco conta com um único acionista, Sr. Carlos Alberto Mansur, que acumula ainda as funções de Diretor-Presidente e Presidente do Conselho de Administração.

30. Composição de caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2023	2022
No início do período	643.055	879.237
Disponibilidade	63.963	94.383
Aplicações interfinanceiras	579.092	784.854
No final do período	654.179	643.055
Disponibilidade	41.543	63.963
Aplicações Interfinanceiras	612.636	579.092

As aplicações interfinanceiras de liquidez (aplicações no mercado aberto e em moeda estrangeira), caracterizam por operações com vencimento em até 90 dias, configurando equivalentes de caixa.

31. Gerenciamento de riscos

Os processos de gerenciamento de riscos foram implantados com base nas determinações do Banco Central do Brasil, recomendações dos Acordos de Basileia I, II e III e melhores práticas de mercado, levando em consideração a estrutura, a natureza e a complexidade das atividades da Instituição. O detalhamento dos procedimentos, papéis e responsabilidades encontra-se descrito em políticas específicas, as quais devem abordar, minimamente, a identificação dos riscos, sua avaliação, monitoramento, controle e mitigação, ou os requisitos estabelecidos pelos órgãos reguladores, quando especificados.

Para o devido gerenciamento dos diversos eventos de risco aos quais o Banco está exposto na execução de suas atividades, foram instituídas classes de riscos, estabelecidas segundo suas características predominantes, sendo elas: Risco de Crédito, Risco de Liquidez, Risco de Mercado, Risco Operacional, Risco Socioambiental. Além desses o Banco estabeleceu outros tipos de abordagens de controles, observando os seguintes aspectos: Solvência, Rentabilidade, Gestão de Continuidade de Negócios, Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental e acompanhamento de *Apetite a Riscos (Risk Appetite Statement - RAS)*.

32. Plano de Implementação da Resolução nº 4.966/21

Conforme estabelecido no Artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/21, o Banco Industrial do Brasil elaborou o Plano de Implementação da referida Resolução, que dispõe sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O plano foi devidamente aprovado pela Diretoria do Banco. É importante mencionarmos que normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21 estão pendentes de emissão pelo órgão regulador, principalmente referente ao modelo simplificado de Perda Esperada a ser definido para as Instituições classificadas como S4, como no caso do Banco. Dessa forma, os macros planos de ação e cronograma, foram desenvolvidos baseados nas seguintes fases:

FASE 1: (2022):

- Diagnóstico das mudanças contábeis;
- Mapeamento dos sistemas impactados, integrações e arquitetura sistêmica;

FASE 2: (2023):

- Detalhamento dos planos de ações;
- Iniciar atividades de especificações sistêmicas;
- Desenho de políticas, procedimentos e novos processos;
- Definição de arquitetura;
- Definição da estratégia de transição;

FASE 3: (2023):

- Desenvolvidos sistêmicos;
- Desenvolvimento de novas metodologias de cálculos;
- Desenvolvimento de modelos de perdas esperadas e taxa efetiva de juros;
- "De-Para" de Plano de Contas e novos roteiros contábeis;

FASE 4: (2024):

- Acompanhamento da implantação;
- Testar as alterações sistêmicas em ambiente de homologação e efetuar ajustes necessários;
- Implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

FASE 5: (2024):

- Definição do novo modelo de divulgação;
- Apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção;
- Treinamentos;

FASE 6: (2025):

- Adoção efetiva da Resolução.

33. Eventos subsequentes

Não há eventos subsequentes a serem divulgados para 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionistas e ao Conselho de Administração do

Banco Industrial do Brasil S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Industrial do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e o exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Industrial do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e o exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, e ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de janeiro de 2024.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419